

O LUGAR DOS TRABALHADORES NA CIDADE PLANEJADA: PLANO DE URBANIZAÇÃO DE GOIÂNIA DE 1938

Karinne Machado Silva

Mestre em História, professora efetiva do Instituto Federal de Goiás (IFG), doutoranda do Programa de Pós-Graduação de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. histka25@hotmail.com



Geisa Daise Gumiero Cleps

Doutora em Geografia, professora nos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia (mestrado e doutorado) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). gdgumiero@ufu.br



Planejamento urbano, exclusão espacial, trabalhadores.

Resumo: Compreender o contexto histórico-geográfico relacionado ao *Plano de Urbanização de Goiânia de 1938* contribui para uma discussão inicial acerca da realidade vivenciada pelos trabalhadores, principalmente da construção civil, que migraram para a cidade no início de sua construção. Os locais de moradia desses sujeitos históricos representam uma questão importante para a pesquisa sobre as cidades, pois aponta em direção a uma perspectiva crítica sobre a ocupação do espaço urbano das capitais planejadas.

THE PLACE OF WORKERS IN THE PLANNED CITY: PLAN OF URBANIZATION OF GOIÂNIA 1938

Urban planning, spatial exclusion, workers.

Abstract: Understanding the historical and geographical context related with the Goiânia Pilot Plan of 1938 contributes to an initial discussion about the reality experienced by workers, especially of the civil construction, which migrated to the city at the beginning of its construction. The dwelling places of these historical subjects represent an important question for research on cities, because it points towards a critical perspective on the occupation of urban space of the planned capitals.



Envio: 29/08/2018 ◆ Aceite: 1309/2018

Introdução

O presente artigo tem como objetivo discutir aspectos ligados ao *Plano de Urbanização de Goiânia de 1938* e os locais ocupados pelas camadas mais populares, inclusive, os trabalhadores da construção civil que migraram para o Centro Oeste, principalmente, para Região Metropolitana de Goiânia em busca de trabalho. Acreditamos que, a maneira como a cidade incorporou o grande contingente de trabalhadores vindos da Bahia, de São Paulo, de Minas Gerais e de outros estados brasileiros, contribui na discussão do ideário de modernidade dentro do contexto de sertão¹.

Para uma melhor compreensão do primeiro momento de planejamento urbano temos que retomar ao tema da transferência da capital, transcorrido nos primeiros anos do século XX. Isto porque o fenômeno urbano é dinâmico e responde às questões do seu contexto histórico. O que nos leva conceber a cidade como resultado de sua própria história.

A nova capital foi construída sob os auspícios da Marcha para Oeste. Movimento desenvolvimentista liderado por Getúlio Vargas que buscava conquistar e incorporar regiões brasileiras distantes dos grandes centros urbanos, as chamadas regiões fronteiriças.

A Marcha para Oeste condensou em seu movimento mitos integradores como nacionalidade e desenvolvimento do interior do país. Interessava ao governo federal adentrar as regiões distantes do litoral e colocá-las no curso da economia nacional. Goiânia, dentro desse contexto de expansão da fronteira, trata-se, portanto, de uma cidade pensada e planejada dentro de uma lógica de inserção da região Centro-Oeste no ideário de modernização.

A cidade nasceu sob o signo da modernidade e do progresso, negação do suposto atraso que a antiga capital, Vila Boa de Goiás, representava. As justificativas apresentadas para a transferência centravam-se nas más condições da cidade que abrigava a capital e a emergência de uma nova cidade capaz de fomentar o desenvolvimento econômico. Nesse momento histórico-geográfico, os discursos oficiais e o planejamento urbano foram pautados, desse modo, pela antítese modernidade e arcaísmo.

O primeiro parecer técnico sobre a transferência da capital e a escolha do novo local (antigo município de Campininha das Flores) foi elaborado pelo renomado engenheiro

¹ Empregamos aqui o termo sertão para indicar o contexto de integração socioeconômica do Centro Oeste ao restante do Brasil. Essa integração era uma das proposições do Estado Novo e tinha como objetivo conectar o interior do país ao litoral. Nesse sentido, sertão se refere à vida natural, interiorana, autêntica e, por isso mesmo, de caráter tipicamente brasileiro. Dentro do discurso varguista era no interior, ou seja, no sertão, onde deveria ser buscada a verdadeira identidade nacional (SILVA, p. 30, 1997).

Armando de Godói. Apesar de ter sido convidado pelo governo estadual, representado pelo interventor Pedro Ludovico Teixeira, para elaborar o primeiro Plano de Urbanização de Goiânia, o engenheiro recusou o convite.

Perante essa recusa, o interventor Pedro Ludovico convidou o profissional Atílio Corrêia Lima² para iniciar os trabalhos sobre o planejamento. Esse aceitou o convite para trabalhar no *Plano de Urbanização de Goiânia de 1938*. Apesar de ser responsável pelo projeto, Atílio Corrêia não foi seu único autor. O produto final do plano contou com a participação de vários profissionais, entre eles o engenheiro Armando de Godói, engenheiros, arquitetos e técnicos da Construtora Coimbra Bueno & Cia Ltda., a principal construtora responsável pela edificação da cidade.

De fato, esse primeiro passo rumo ao planejamento foi uma construção coletiva dos profissionais ligados ao Estado e a construtora responsável pelas obras. O que indica a pluralidade de concepções presentes no projeto, como iremos ver mais adiante.

Além da atividade de professor de urbanismo na Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, Atílio Corrêia elaborou importantes projetos como o Plano de Urbanização de Goiânia, o de Remodelação da Cidade de Recife, a Estação de Passageiros do Cais do Porto do Rio de Janeiro. Participou também de projetos paisagísticos e de obras de arquitetura (DAHER, 2003). É importante ressaltar que ele era um dos poucos arquitetos que naquela época havia se especializado em urbanismo o que demonstra o seu alto grau de profissionalismo. Sua contratação representava para o governo de Pedro Ludovico um símbolo da modernidade desejada para a nova capital.

Em decorrência de sua formação acadêmica francesa, Atílio Corrêia sofreu forte influência da arquitetura recorrente em remodelações e construções de capitais norte-americanas e européias. Trouxe, desse modo, para o traçado urbanístico e para os edifícios de Goiânia o estilo *art déco*. Apesar de já não ser mais uma novidade na Europa nos anos de 1930-40 era, certamente, uma grande inovação para a paisagem do cerrado.

O *art déco*, apresentado pela primeira vez na *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Modernes*, em 1925, na França, não consistia unicamente num estilo

² Atílio Corrêia Lima ficou responsável pelo planejamento urbano de Goiânia até o ano de 1935, quando voltou para o Rio de Janeiro. Segundo Gonçalves (2002) o rompimento com o governo do Estado ocorreu devido ao atraso das obras, falta de pagamento e pressões familiares que exigiam sua volta para o Rio de Janeiro.

arquitetônico, mas também de design e de decoração. Apresentava-se como um estilo que contava com novos materiais, novas técnicas e era caracterizado pelas linhas retas, traçado sóbrio sem muitos adereços e com uma forte tendência à horizontalidade, que procurava provocar, sobretudo, a sensação de monumentalidade (COELHO, 1997).

Para o historiador Hugo Segawa (2002), a necessidade de funcionalidade, eficiência, economia em projetos arquitetônicos, apresentadas nos anos 1930 durante o processo de urbanização das cidades, contribuiu para que o *déco* fosse apropriado pelos arquitetos e urbanistas como uma possibilidade de construir, ao mesmo tempo, edifícios com aspecto moderno e que não demandassem grandes investimentos.

Utilizado principalmente em construções oficiais e, em menor medida, em projetos de residências e prédios comerciais, o *art déco* foi o modelo que melhor representou o poder emergente do Estado Novo. Considerado pelo governo Vargas como sendo um estilo moderno capaz de igualar o Brasil às tendências européias e norte-americanas em voga na década de 1930.

Na mudança da capital para Goiânia, o arquiteto-engenheiro Atílio Corrêia, assim como outros profissionais, adotaram o *art déco*

[...] não por uma questão de modismo, ou de opção [...], mas por uma questão de ser o *déco* o modelo arquitetônico que nesse momento mais se presta à representação do poder autoritário do governo Vargas e de seus representantes estaduais 'em Goiás, no caso, Pedro Ludovico Teixeira', impostos por uma interventoria ditatorial (COELHO, 2002, p. 108).

É importante salientar que, diferentemente do que ocorreu com outras cidades goianas fundadas em torno de igrejas ou entrepostos comerciais, Goiânia foi edificada tendo como princípio norteador o poder administrativo. Na sua estrutura urbana o centro administrativo surge como elemento fundador da paisagem urbana. A impressão que se tem ao olharmos o plano é que todos os caminhos da cidade encontram-se no centro administrativo, a Praça Cívica (Figura 1).

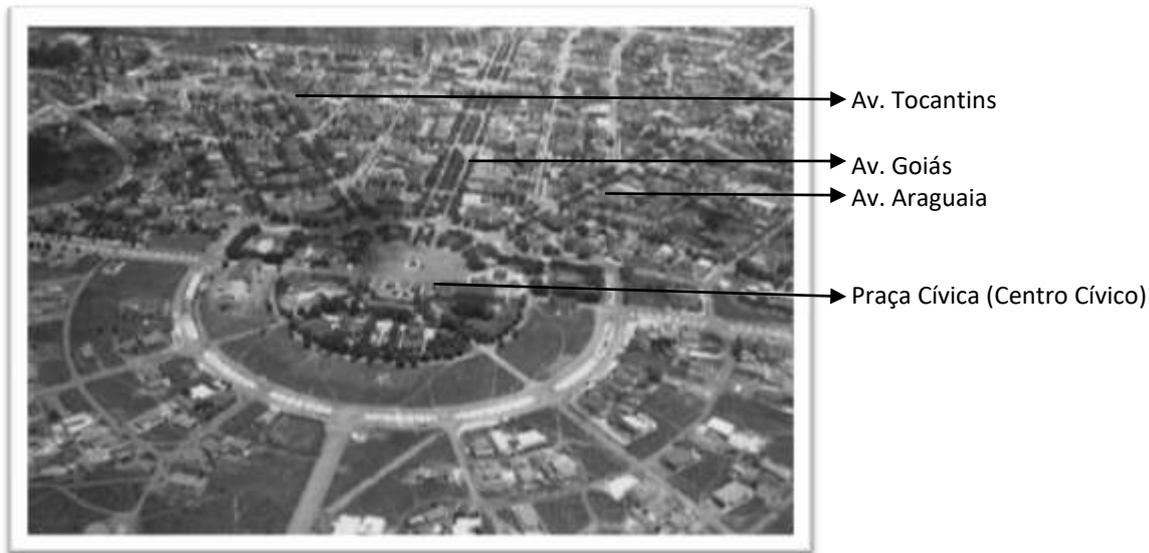


Figura 1: Imagem aérea da Praça Cívica, Goiânia-GO. **Fonte:** <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1657128>. Acesso em: 14/04/2016 às 15h30.

O desenho arquitetônico do Centro Cívico, com a praça em forma de ferradura e a convergência das três principais avenidas, expressa princípios da cidade barroca. A preocupação com o paisagismo, com a arborização, com as formas geométricas e simétricas das três principais avenidas (Araguaia, Goiás e Tocantins) evidencia a influência do urbanismo francês presente no *Plano de Urbanização de 1938*.

Além disso, Atílio Corrêa esteve atento aos princípios urbanísticos de sanitário, de higienização, de questões ligadas ao lazer e aos códigos de controle do crescimento urbano que ordenassem o uso do solo. Para ele, o traçado de uma cidade era um fator muito importante para que ela fosse uma sede administrativa plena de suas atividades, para que desenvolvesse ao máximo a economia e a política local. Além da racionalidade e do melhor aproveitamento possível do traçado urbano, a cidade, para esse profissional, deveria ter um desenho atrativo para os novos habitantes. Isso justifica a preocupação com o desenho urbanístico de Goiânia.

Em 1935, o contrato entre o governo e a firma P. Antunes Ribeiro e Cia., empresa da cidade do Rio de Janeiro representada por Atílio Corrêa em Goiás é suspenso pelo governo. A firma Coimbra Bueno & Cia Ltda. assume o comando do grande canteiro de obras que a cidade havia se transformado e contrata, em 1936, o engenheiro Armando de Godói para dar continuidade ao *Plano de Urbanização de 1938*.

Esse profissional, assim como Atílio Corrêia, teve como desafio construir Goiânia nos moldes de uma cidade moderna, enquanto contraponto da antiga capital Vila Boa de Goiás. Contudo, uma das diferenças notadas entre esses dois profissionais refere-se à concepção de cidade.

Nesse sentido, podemos afirmar que a construção de Goiânia foi palco de uma disputa de diferentes concepções urbanas. Armando de Godói teve como uma das influências o pensamento de Ebenezer Howard (1850-1928), precursor da proposta das cidades-jardim, e Atílio Corrêia espelhava-se no urbanismo francês.

A concepção das cidades-jardim idealizava, primordialmente, construir cidades com características de metrópole, sem perder o conforto e as qualidades encontradas no campo. Em outras palavras, a cidade moderna, industrializada, lugar de atividades dinâmicas e as benesses da arborização, da água limpa, da vida saudável do campo deveriam caminhar junto para o melhor bem-estar do homem moderno.

De modo geral, pode-se dizer que, enquanto Atílio Corrêia teve maior preocupação com a funcionalidade, propondo a divisão da cidade em zonas³, cada qual destinada a determinadas atividades, Armando de Godói preocupou-se mais com a estética. O que se verifica no tipo de urbanismo proposto por ele, onde aspectos como embelezamento, alargamento e arborização de avenidas, salubridade e mesmo o projeto de cidade-jardim, ocupavam lugar privilegiado.

Além dos aspectos urbanísticos de Goiânia e de seus planejadores que marcaram o primeiro plano de urbanização, temos que levantar outra importante questão: o papel da iniciativa privada na construção da cidade. O conjunto desses aspectos nos ajuda a compreender de modo mais amplo Goiânia. Desse modo, acreditamos que a especulação imobiliária relaciona-se diretamente à valorização dos loteamentos mais equipados da cidade e à grande dificuldade de aquisição desses espaços por parte das camadas mais populares, incluindo os trabalhadores da construção civil.

Assim como ocorreu em outras capitais, Goiânia teve a participação maciça de investimentos particulares na sua construção. Ao contrário do se pensa, a execução e acompanhamento das principais obras não foram realizados pelo poder público, mas pela

³ As zonas pensadas por Atílio pretendiam dividir a cidade em “bairro comercial, industrial, administrativo, residencial, áreas verdes, aeroporto, estação ferroviária” (MANSO, 2003, p. 90).

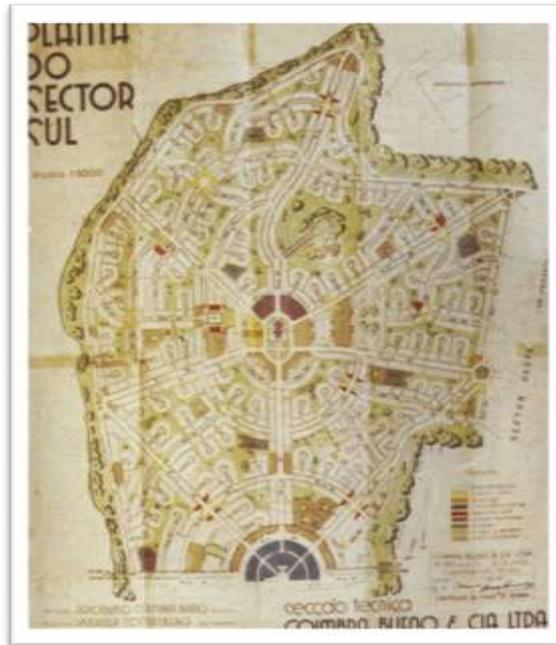
iniciativa privada. Fato que pode ser constatado já no ano de 1934 quando os irmãos Coimbra Bueno, proprietários da Construtora Coimbra Bueno & Cia. Ltda. iniciaram sua participação na construção da cidade assumindo a Superintendência Geral de Obras da cidade.

Desse modo, Goiânia teve seu planejamento conectado aos interesses imobiliários de indivíduos ligados ao Estado e ao poder econômico. Podemos afirmar que houve uma facilitação da especulação imobiliária pelo poder público. A união de interesses políticos aos interesses imobiliários, presente na reprodução do espaço urbano, fez com que setores dotados de melhores equipamentos urbanos, como o caso do setor Sul e Oeste da cidade, acabassem sendo ocupados pela elite econômica, donos de imobiliárias e famílias tradicionais.

Organizado em torno de uma grande praça (Figura 2) e dotado de quadras o setor Sul tinha um aspecto monumental. Concebido como bairro-jardim, com vias de circulação separadas das vias de pedestres, unidades de vizinhança, residências organizadas em torno de um *cul-de-sac* (ruas principais e secundárias que desembocam em vielas) e cercadas por áreas verdes, o setor foi ocupado por indivíduos com maior poder aquisitivo. As ruas de tráfego foram pensadas para resguardar ao máximo as moradias dos barulhos e inconvenientes do trânsito. As moradias possuíam dois acessos: o principal voltado para as áreas verdes ou vielas que desembocavam nessas áreas e um acesso secundário de serviços e carros (GONÇALVES, 2002, p. 66-67).

Os profissionais com conhecimentos especializados, contratados pelas firmas responsáveis pela construção como a P. Antunes Ribeiro Cia. e a Coimbra Bueno & Cia. Ltda instalaram-se em barracões provisórios, construídos pelas firmas e pelo Estado. Já os migrantes, atraídos pelas promessas de enriquecimento (Figura 3) e doação de lotes, sem uma formação profissional definida, mudaram-se para as partes da cidade onde ainda não havia comércio e nem equipamentos urbanos. A maioria desses migrantes chegou a Goiânia atraídos pelas propagandas estas, divulgadas em cartazes e anúncios pagos em jornais de outros estados pelo governo (BERNARDES, 1989).

Figura 2: Planta do Setor Sul no início da construção de Goiânia.



Fonte: <http://meumediterraneo-goiania.blogspot.com.br/>. Acesso em: 08/04/2016 às 16h.

Figura 3: Cartaz que foi espalhado por diversas capitais e cidades brasileiras com o objetivo de atrair trabalhadores e novos habitantes para Goiânia.



Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Goia%C3%A2nia#/media/File:Cartaz_Construcao_de_Goiania.JPG. Acesso em: 08/04/2016 às 15h.

Apesar das promessas atraentes, a situação encontrada pelos recém-chegados a Goiânia não era nada fácil.

Sem moradia adequada para abrigar a família, sem recursos para morar em Campinas, como fazia a maioria dos que chegavam, e nem para comprar um lote no Bairro Popular, esses trabalhadores se alojaram às margens do Córrego Botafogo, nos espaços vazios, fundando as primeiras invasões nas terras públicas de Goiânia (BERNARDES, 1989, p. 174).

Desde o primeiro planejamento da cidade os trabalhadores, principalmente, da construção civil foram excluídos. Isto porque, apesar de ser previsível a chegada de um grande contingente de pessoas para as obras, não foram projetados bairros que pudessem abrigar os operários. Coube a eles ocuparem os espaços marginalizados pelo plano piloto e resistir às constantes ameaças do governo de expulsá-los das áreas públicas.

Chega a ser contraditório que aqueles que foram contratados tanto pelo Estado, quanto pelas empreiteiras para construir os edifícios e residências projetados por renomados profissionais, morassem em barracões nas margens do Córrego Botafogo, na região do Botafogo (Figura 5) e em casebres feitos com pau-a-pique⁴.

Uma das justificativas para a falta de assistência e conforto para os trabalhadores apresentada pelo engenheiro Jerônimo Coimbra Bueno, responsável pelas obras, dizia respeito ao baixo orçamento destinado à construção. Argumenta que,

[...] só o alojamento para uma população operaria que já orça em mais de 1.000 pessoas (operários, suas famílias e agregados) num local inteiramente virgem, onde há 3 anos não existia uma única moradia, só esta parte a ser executada de acordo com as exigências mínimas de um padrão moderno e tolerável de vida exigiria quase tanto quanto se gastou com a totalidade das obras. A maioria dos ranchos operários custou menos de 100\$000 cada. As casas de madeira feitas com rapidez, sempre para satisfazer necessidade imediata de alojamento do pessoal mais classificado das obras, foram feitas com a mais restrita economia e constituem o mínimo abrigo que se poderia tolerar para viver (MONTEIRO, 1938, p. 480).

⁴ Pau-a-pique eram habitações construídas de parede feita de ripas ou varas entrecruzadas e barro; taipa.

O “pessoal mais classificado das obras”, que o engenheiro faz menção, na realidade eram os profissionais especializados contratados pelas empreiteiras, como arquitetos, engenheiros e mestres-de-obras, muitos desses profissionais de origem estrangeira.

A exclusão planejada da população mais pobre do espaço planejado, no *Plano de Urbanização de 1938*, correspondeu ao esforço do poder público de constituir uma ‘cidade imaginária’, cinematográfica e conectada com o ideário moderno. Esse movimento preservava a aparência da arquitetura *art déco* e dos jardins longe da estética da pobreza. Criava-se, uma cidade com paisagens de cartão-postal.

Nesse sentido, de uma não correspondência do urbanismo praticado nas partes planejadas e nos setores que surgiram para atender as camadas os trabalhadores da construção civil e das camadas populares, a arquiteta MANSO (2003) afirma que o padrão do urbanismo moderno exigia das construções critérios higienistas, como saneamento básico e edificações com materiais de qualidade, o que certamente não ocorreu com o Bairro Popular Botafogo e a Vila Nova, ocupados por trabalhadores da construção civil e operários.

Considerações Finais

Após apresentar o contexto histórico-geográfico da construção de Goiânia e analisar as tendências urbanísticas presentes no *Plano de Urbanização de 1938*, notamos que a cidade planejada para ser uma capital moderna não atendeu a demanda de moradias de seus principais trabalhadores: aqueles ligados a construção civil.

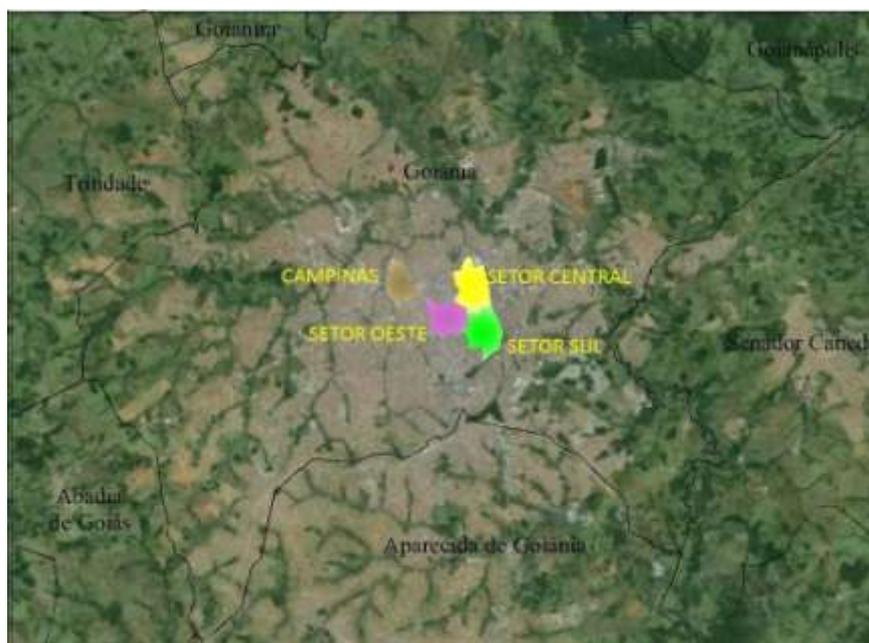
Notamos que o Centro Cívico, as residências em estilo *art déco*, as ruas alargadas e os amplos jardins não eram destinados aos migrantes carpinteiros, marceneiros, mestres de obras, pedreiros e outros tantos trabalhadores não especializados.

As residências modelos e os bairros planejados acabaram sendo ocupados pelos trabalhadores mais especializados como engenheiros e arquitetos ou pelas camadas mais abastadas. O papel exercido pelo capital particular das construtoras acabou aumentando a especulação imobiliária e tornando praticamente impossível a aquisição dos melhores locais pelos trabalhadores da construção civil. O que ocorria na prática era que as residências da

grande massa de trabalhadores eram levantadas ao sabor do improvisado e fora da cidade planejada, como ocorreu com os ranchos no Córrego Botafogo.

Para o historiador Alexandre R. Gonçalves (2002), ao lado da cidade planejada houve uma cidade marginal, constituída de partes da cidade, invadidas por operários e pessoas que não conseguiam pagar os altos aluguéis de residências do Setor Central, Setor Sul, Oeste (Figura 4 e 5) e de Campinas. As áreas invadidas como foi o caso Botafogo, Vila Operária, Macambira (atualmente Setor Pedro Ludovico), posteriormente legalizadas por governos que sucederam Pedro Ludovico, foram excluídas do urbanismo moderno preconizado pelo poder público representado nos projetos de Atílio Corrêa e Armando de Godói.

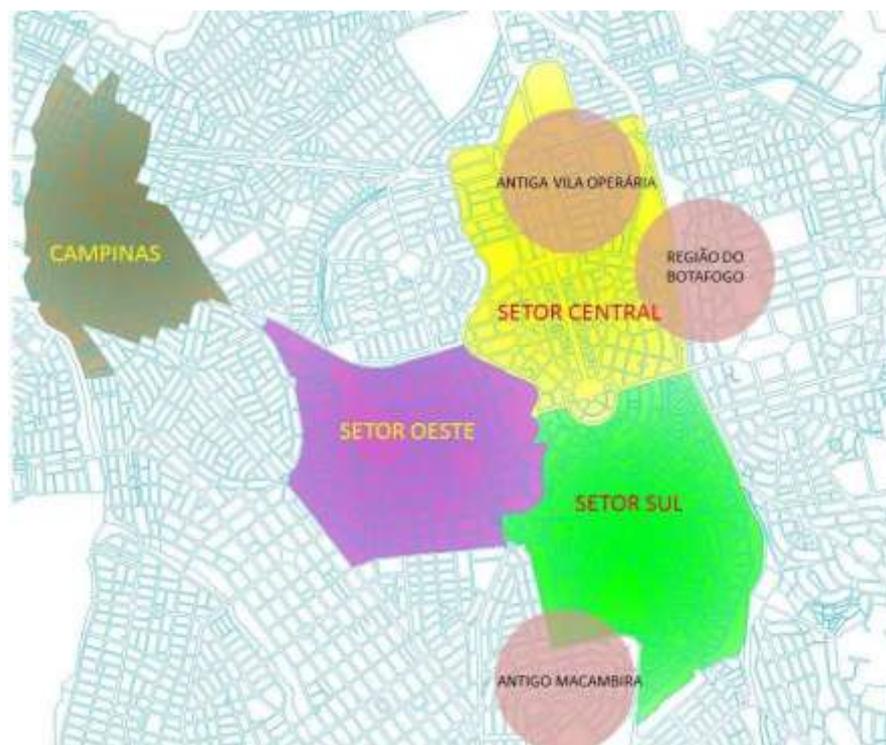
Figura 4: Mapa com a localização dos setores Campinas, Oeste, Central e Sul.



Fonte: Elaborado pelo arquiteto Fábio Souza⁵ com base no *Google Maps*, 2015.

Figura 5: Mapa com a localização dos setores Campinas, Oeste, Central e Sul.

⁵ Possui Graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Católica de Goiás (1992), Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2012) e é Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia. É professor efetivo do Instituto Federal de Goiás (IFG).



Fonte: Elaborado pelo arquiteto Fábio Souza com base no *Google Maps*, 2015.

Podemos concluir, que apesar do *Plano de Urbanização de 1938* ser uma avanço no diz respeito ao planejamento urbano de Goiânia, elaborado por renomados profissionais e com tendências urbanísticas modernas, como o caso do *art dèco*, ele não considerou a necessidade de pensar a cidade para os habitantes de menor poder aquisitivo. Os trabalhadores da construção civil representaram, em grande número, essa camada social excluída do primeiro planejamento urbano de Goiânia. Nesse sentido, a dinâmica da cidade, nos seus primeiros anos, entre 1930-1950, revela seu caráter excludente.

Referências

BERNARDES, Genilda Darc. *Goiânia, Cidade Planejada/Cidade Viva*: Discurso e Cultura da Modernidade. Tese (Doutorado). Universidade de Brasília. Brasília: 1998.

COELHO, Gustavo Neiva. A *art dèco* e a política modernizadora na fundação de Goiânia. In: BOTELHO, Tarcísio R. (org.). *Goiânia: Cidade pensada*. Goiânia. Ed. UFG, 2002.

DAHER, Tânia. *Goiânia: uma utopia européia no Brasil*. Goiânia: Ed. Centro-Brasileiro de Cultura, 2003.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *A construção do espaço urbano de Goiânia (1933-1968)*. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2002.

MANSO, Celina F. A. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea: um certo olhar*. Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MONTEIRO, Ofélia Societes do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

SEWAGA, Hugo. *Arquitetos do Brasil (1900-1990)*. São Paulo: Edusp, 2002.

